

RICARDO AMARAL

ESTADO DE SÃO PAULO

Começa o segundo tempo

A partir desta segunda-feira e até o próximo feriado, os economistas do governo e seus articuladores políticos estarão debruçados sobre a medida provisória de desindexação da economia. Os últimos sinais indicam que se deve esperar um projeto meia-sola, que libera os contratos de aluguel mas impede os bancos de concorrer livremente na captação de cadernetas de poupança. Explica-se: o governo não tem imobiliárias (salvo uma excrescência alojada no INSS), mas possui dois bancos gigantes despreparados para a competição com o sistema financeiro privado.

Sorte do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, que têm um santo protetor contra os mecanismos do mercado. Azar do poupador. Ele perde a correção salarial, mas não ganha a chance de levar sua caderneta para o banco que oferecer a melhor taxa de remuneração. Não é decisão que se tome sem um pinga de remorso. Se continuar fixando as taxas de poupança, o governo salva seus bancos, mas arranha o princípio que deseja impor aos agentes econômicos.

Os sintomas de que se prepara uma desindexação pela metade estão relacionados à recente desenvoltura política do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Depois de eliminar Pêrsio Arida do centro de decisões e substituí-lo pelo disciplinado Gustavo Loyola na presidência do Banco Central, Malan aparece como o senhor da moeda. Deixou essa impressão no jantar com os líderes governistas, na quinta-feira. Parecia cheio de gás, notaram os convivas, acostumados a ver o ministro como sombra do colega do Planejamento, José Serra.

A meta do presidente Fernando Henrique Cardoso é mesmo desindexar toda a economia, com o que concorda plenamente o ministro do Planejamento. Aparentemente, no entanto, parece vitoriosa a concepção do ministro da Fazenda: a maneira mais segura de se chegar lá seria manter, por algum tempo, certos cordões sob controle do Estado. O que hoje é uma divergência acadêmica será testado na rua nos próximos meses. Qualquer que seja o ponto da goiabada, ela será servida compulsoriamente ao País na medida provisória que se prepara.

Estamos, portanto, às vésperas

de um Plano Real 2. Do ponto de vista macroeconômico, a segunda fase é apenas uma consequência da primeira, seu desdobramento natural. Isso já é bom. Os outros "planos 2" que tivemos foram correções de rumo ou tentativas de salvar uma casa em escombros. Pela primeira vez chegamos ao ponto de radicalizar uma experiência econômica, testada em 12 meses de sucesso.

O Real 2 também abre nova fase no relacionamento do governo com o Congresso. Até agora o Planalto deu um passeio sobre as oposições, aprovando cinco emendas constitucionais na Câmara. O feito é mesmo sensacional. Na matemática do Congresso, vale pela produção de cinco "impeachments" em apenas quatro meses. Debitar o sucesso apenas à capacidade de articulação política do tucanato e do PFL é um exagero sem tamanho.

As reformas da Ordem Econômica foram aprovadas em condições especialíssimas. Os monopólios estatais estão sendo bombardeados desde a queda do Muro de Berlim. De lá para cá, o petista Luiz Inácio Lula da Silva foi derrotado em duas eleições presidenciais. De certa forma, isso legitimou as decisões da Câmara. Ao contrário da tentativa de reforma constitucional em 1993 e 1994, dessa vez a quebra do monopólio era sustentada por um presidente da República cheirando a urna, a bordo de

uma economia estável.

Por fim, a oposição entrou em campo sem votos e sem discurso. Na discussão da Ordem Econômica, a esquerda e os populistas optaram pelo beco. As sessões de terça e quarta-feira passadas foram massacres anunciados e até comemorados de véspera pelo governo e seus aliados. A não ser que a oposição prefira continuar na toca, dificilmente esses passeios vão se repetir no segundo semestre. A nova agenda inclui desindexação de salários, fim da estabilidade do funcionalismo, reforma tributária e a retomada da discussão sobre Previdência.

Sobre esses temas não se formou ainda a unidade política necessária para sua aprovação, nem existe o consentimento tácito da sociedade, como ocorreu com os monopólios. O jogo vai recomeçar e promete ser bem mais interessante.



■ Ricardo Amaral é jornalista

**Pela primeira vez
chegamos ao
ponto de
radicalizar uma
experiência
econômica**